

**Título** PROJETOS QUE INTEGRAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC

**Autores** Claudio da Silva, Vanderlea Ana Meller, Maria Eduarda Gasperi, Laura Vargas da Silva

### **Grupo de pesquisa**

Políticas Públicas: aspectos socioambientais e culturais  
Educação Física e sociedade

### **Introdução**

As políticas públicas para a Educação especial são propostas que buscam soluções de problemas que integram a educação inclusiva. Na Secretaria Municipal de Educação de Itajaí, o tema inclusão enquanto política de garantia de direitos, é abordada por meio de projetos que favorecem a superação das dificuldades pedagógicas, práticas formativas para os docentes e inclusivas dos discentes. A formação dos profissionais é continuada e amplia os conhecimentos pedagógicos, sobre aprendizagens e desenvolvimento humano, com planejamentos e práticas adequadas às pessoas com deficiência. As práticas pedagógicas inclusivas envolvem recursos e estruturas nas escolas e exigem projetos coerentes com as deficiências que se apresentam. Preocupações com os discentes matriculados ocupam espaços de destaque nos diálogos entre os docentes e no contato com as famílias, desde a matrícula e nas devolutivas via parecer descritivo no decorrer do ano letivo. As atividades para os estudantes com deficiência merecem atenção constante em virtude dos avanços científicos e realidades que se apresentam em suas diversidades, pois vem ocorrendo um aumento significativo de matrículas de estudantes com deficiência, o que tem desafiado toda a gestão pública e as instituições de ensino. Frente à organização vigente, a questão problema que permeia o estudo é: Quais são os projetos que integram as Políticas Públicas para a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Itajaí (SC)?

### **Objetivos**

Apresentar os projetos que integram as Políticas Públicas para a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Itajaí (SC).

### **Metodologia**

A pesquisa é de abordagem qualitativa e do tipo documental, com revisão dos documentos registrados na Secretaria Municipal de Educação de Itajaí. A percepção dos documentos ocorreu pela perspectiva da hermenêutica fenomenológica, consistindo em intencionalidade, percepção e compreensão (DITTRICH; LEOPARDI, 2015).

## **Considerações finais**

O estudo verificou as iniciativas que compõem os projetos como proposituras importantes de Políticas Públicas para a inclusão na Rede Municipal de Itajaí, entre eles destacamos: a Semana de Valorização das Diferenças - SVD, é um projeto institucional constante no calendário anual de eventos da Secretaria de Educação. Esta ação objetiva movimentar as unidades de ensino para a revisão da realidade e implementar práticas que reverberam em espaços e vivências da educação inclusiva; o Seminário Municipal de Educação Inclusiva, evento de porte e alcance amplo, visa estabelecer com os profissionais da Rede Municipal de Ensino formação e diálogos acerca do atendimento aos estudantes com deficiência, com temas emergentes e que carecem de atenção singular; o atendimento no Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí - CEMESPI, referência nacional e que se destaca como espaço de acolhimento e atendimento multidisciplinar nas áreas da saúde e educação; o Atendimento Educacional Especializado - AEE, realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais - SRM, integra a Política Pública Nacional. Sua criação se deu via Portaria Normativa nº-13, de 24 de abril de 2007. É ofertado em 40 Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas em polos de ensino, atendendo o público-alvo da Educação Especial; o apoio ofertado aos estudantes com deficiência se dá mediante o auxílio do profissional Agente de Apoio em Educação Especial - AAEE que auxilia nas Atividades da Vida Diária - AVDs, conforme o grau de comprometimento, na sua autonomia para o desenvolvimento das atividades básicas. Os projetos integram propostas relevantes para o entendimento das pessoas com deficiência nas escolas, fundamentais no processo inclusivo e como compromisso de todos que compõem a estrutura das unidades de ensino. Ações que visam estabelecer condições de igualdade de direitos e oportunidades devem ser prioridade na organização do planejamento das unidades de ensino. São movimentos pedagógicos de importância salutar para o aprimoramento e partilha de conhecimentos e corroboram com a implantação e visibilidade das Políticas Públicas de inclusão desenvolvidas na Educação Especial.